

OAB defende força-tarefa

Samanta Sallum
Da equipe do **Correio**

O crime organizado em Brasília não é narcotráfico, pelo menos em grande escala. É o da agressão ao patrimônio público. Mas aqui, como no Espírito Santo, começa a haver simbiose entre o crime organizado e o Estado", disse Safe Carneiro, presidente da OAB-DF, em nota oficial.

A Ordem dos Advogados do Brasil — seção DF fez um apelo às autoridades federais para o que define como "atentado contra o patrimônio público que coloca em xeque as instituições do Distrito Federal e do país". Em documento, o presidente da entidade, Safe Carneiro, destacou que na capital "o crime organizado se confunde com o Estado" e que a "policia já é impedida de atuar em alguns guetos". Por isso pede

ao Ministério da Justiça a criação de força-tarefa para apuração das denúncias divulgadas pelo **Correio Braziliense**.

Essa foi a reação da OAB-DF diante do escândalo do dossiê Passos detonado pela divulgação de fita de vídeo com denúncias de que deputados distritais aliados ao governador Joaquim Roriz (PMDB) apro-

varam leis, beneficiando empresários envolvidos em grilagem de terras.

A OAB-DF enviou ontem representação ao presidente do Conselho Federal da entidade, Rubens Approbato Machado, para que atue junto ao Ministério da Justiça pela criação da força-tarefa. Os integrantes da seção local da OAB defendem a apuração das denúncias com quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico do governador do Distrito Federal e de todos os deputados distritais envolvidos no caso, incluindo o rastreamento de contas no exterior.

Segundo a OAB, a divulgação da fita de vídeo, na qual o deputado Odilon Aires (PMDB)

aponta a existência de um esquema de troca de favores envolvendo projetos de lei que tratam de expansão urbana, indica uma crise de instituições. Na fita, o deputado, à época secretário de Assuntos Fundiários do GDF, reclama que recebeu apenas 50 lotes, enquan-

to o presidente da Câmara, deputado Gim Argello (PMDB), teria sido beneficiado com 300 terrenos, em troca da regularização do condomínio Alto da Boa Vista, em Sobradinho.

A OAB-DF critica duramente as estreitas relações entre integrantes do governo do Distrito Federal e a família Passos, pivô do escândalo. Márcio Passos,

que divulgou a fita e afirmou ter outras, é irmão de Pedro Passos, amigo pessoal do governador Roriz. Além de amigo da família, Roriz participou de negócios que beneficiaram os Passos. Chegou a ser avalista em 1995 de um empréstimo de U\$ 1 milhão.

"A promiscua convivência com marginais desacredita qualquer providência esclarecedora, principalmente, quando marginais com prisão decretada são amigos *in pectore* (do peito) do mandatário de plantão", destaca Safe Carneiro. Pedro e Márcio Passos até o início da noite de ontem estavam foragidos da polícia. Os dois foram condenados por parcelamento irregular do solo pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

O Conselho seccional da OAB se reuniu na noite de quinta-feira para discutir e analisar as denúncias que resultou em nota divulgada ontem pela entidade. Foi criada uma comissão permanente para Defesa da Ordem Urbanística do DF e outra comissão temporária para acompanhar a apuração das denúncias. "Percebemos que o poder executivo e legislativo não adotaram as medidas enérgicas que o caso requer. A Ordem externa sua profunda indignação sobre as graves denúncias", reforçou o secretário geral da OAB-DF, Paulo Machado Guimarães. A OAB-DF também anunciou que participará da Marcha Contra a Corrupção e a Grilagem, organizada por várias entidades, incluindo a CUT-DF. A manifestação está programada para amanhã, às 9h, no Eixão Sul. A concentração será na altura da 107 Sul.

"A PROMÍSCUA CONVIVÊNCIA COM MARGINAIS DESACREDITA QUALQUER PROVIDÊNCIA ESCLARECEDORA, PRINCIPALMENTE, QUANDO MARGINAIS COM PRISÃO DECRETADA SÃO AMIGOS *IN PECTORI* (DO PEITO) DO MANDATÁRIO DE PLANTÃO."

SAFE CARNEIRO,
presidente da OAB-DF

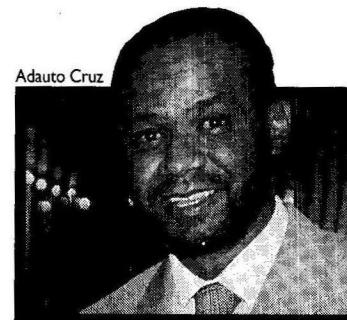
Kleber Lima



SAFE CARNEIRO DIZ QUE AS INSTITUIÇÕES DO DF E DO PAÍS ESTÃO EM XEQUE: AGRESSÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Promotor abre inquérito para apurar propina

André Garcia
Da equipe do **Correio**



LIBÂNIO RODRIGUES PEDIRÁ PERÍCIA DA FITA: "VAMOS BUSCAR PROVAS"

O Ministério Público do Distrito Federal já começou a apurar a denúncia de recebimento de propina por parte de deputados distritais para trabalhar pela regularização de condomínios. O promotor Libânia Rodrigues, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, abriu ontem inquérito civil público para investigar se os deputados Odilon Aires e Gim Argello, ambos do PMDB, receberam vantagens para atuar na regularização do condomínio Alto da Boa Vista, em Sobradinho.

A primeira medida do Ministério Público será periciar e incluir no inquérito a fita de vídeo gravada pelo empresário Márcio Passos, na qual Odilon diz a Pedro Passos, irmão de Márcio e candidato a distrital pelo PSD, que recebeu apenas 50 lotes no condomínio Alto da Boa Vista. Na mesma fita, o ex-secretário de Assuntos Fundiários acusa Gim

de ter recebido 300 lotes no mesmo condomínio. O distrital nega a acusação.

"Vamos buscar todos os indícios de prova que possam ajudar nas investigações", afirmou Libânia Rodrigues. O promotor também pedirá à Câmara Legislativa e ao Governo do Distrito Federal toda a documentação relativa ao processo de regularização do condomínio Alto da Boa Vista. Ele estuda a possibilidade de convocar os deputados Odilon Aires e Gim Argello para prestar declarações sobre o caso.

"Essa é uma hipótese que estamos analisando", informou Libânia. Se os dois forem chamados para depor, poderão lançar mão de prerrogativas conferidas a parlamentares. Eles podem, por exemplo, marcar dia e hora para aparecer ou se recusar a comparecer ao Ministério Público.

AÇÕES PENais

Uma das razões para a abertura do inquérito foi o pedido de investigação formulado pela bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara Legislativa. Na segunda-feira, os deputados Wasny de Roure, Paulo Tadeu, Maria José Maninha, Chico Floresta e Lúcia Carvalho entregaram uma representação ao procurador-geral de Justiça do MPDFT, Eduardo Sabo. Entre os documentos, estava cópia da fita de vídeo em que Odilon reclama por ter recebido menos lotes que Gim.

Dependendo do resultado das investigações, o Ministério Público decidirá quais medidas tomará. "Depois da conclusão do inquérito podemos ajuizar ações penais ou de improbidade administrativa", disse Libânia Rodrigues.

O prazo de 15 dias para a Polícia Federal tomar declarações de Odilon Aires, Gim Argello, do deputado federal Tadeu Filippelli e do secretário de Comunicação, Welington Moraes, ainda não começou a correr. A determinação foi feita na terça-feira pelo ministro José Delgado, do Superior Tribunal de Justiça, mas até ontem o ofício ainda não havia sido enviado à Polícia Federal.

AS MEDIDAS

OAB A Ordem dos Advogados do Brasil, seção DF, recomendou que a OAB nacional atue junto ao Ministério da Justiça pela criação de uma força-tarefa para apurar a denúncia de que o ex-secretário de Assuntos Fundiários Odilon Aires e o distrital Gim Argello receberam propina para interceder pela regularização de condomínios.

STJ O ministro José Delgado, do STJ, mando a Polícia Federal tomar declarações de Odilon e Gim, do deputado federal Tadeu Filippelli e do secretário de Comunicação, Welington Moraes. Também pediu a fita em que Odilon declara ter recebido lotes. Os documentos reforçarão investigação em curso no STJ sobre supostos atos administrativos de Roriz beneficiando interesses econômicos dos irmãos Passos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público abriu inquérito civil público para investigar denúncia de propina. A promotoria pedirá a fita gravada por Márcio Passos e estuda convocar os distritais Odilon Aires e Gim Argello para prestar declarações.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL O procurador da República Celso Três anunciou que pedirá abertura de inquérito na Polícia Federal para apurar a denúncia. O procurador Guilherme Schelb informou que vai anexar a fita gravada por Márcio Passos a processo que tramita na Justiça Federal contra Roriz. A ação contesta acordo de divisão amigável de terras do condomínio RK (dos Passos) assinado pelo governador no final de 1994, que resultou em prejuízo de 76 alqueires para a Terracap.